

## **Posicionamento – Agência Pública de Jornalismo Investigativo**

A Suzano S.A. esclarece que a Aracruz, empresa fundada em 1967, passou por diversas mudanças em seu quadro de acionistas durante as décadas seguintes, e somente em 2019 a companhia torna-se sucessora por incorporação da então Aracruz Celulose S.A.

Nesta condição, a Suzano informa que existe procedimento administrativo em curso perante o Ministério Público Federal (MPF), que acompanha os estudos desenvolvidos pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) sobre práticas adotadas por determinadas empresas durante o regime da ditadura militar. Desde o início do referido procedimento administrativo, a companhia tem adotado postura colaborativa a fim de cooperar com o MPF, tendo empregado os melhores esforços para atender às solicitações do órgão e contribuir com as investigações.

Tal colaboração está alinhada à preocupação, ao apoio e à cooperação adotados pela empresa aos temas de Direitos Humanos, Memória e Verdade, prezando pelo respeito aos direitos de todos os stakeholders internos e externos, incluindo os povos indígenas e as comunidades tradicionais, como os quilombolas. Neste sentido, reforça-se que a empresa reconhece a importância e os direitos legalmente constituídos das comunidades tradicionais, e inclusive dispõe de política interna específica para o Relacionamento com Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais.

Em referência especificamente às comunidades indígenas, a empresa reafirma seu compromisso social e o estrito respeito às suas obrigações legais, o que é comprovado pela irrestrita observância ao processo de desintrusão do território indígena tão logo concluído o processo de demarcação de 11 mil hectares no município de Aracruz/ES, em 2007, além de manter há mais de dez anos um amplo programa de relacionamento e investimento social junto às 12 aldeias (Tupiniquim e Guarani) do município de Aracruz/ES, bem como investimentos e diálogo permanente com as demais etnias que estão no entorno de suas atividades. Um relevante exemplo desse processo de relacionamento é a Coopyguá, cooperativa indígena estruturada com apoio da Suzano, com foco na produção e beneficiamento de mel de abelhas nativas, além da coleta de sementes e produção de artesanato indígena.

Além das parcerias em Aracruz, destacam-se também o trabalho de fortalecimento da agricultura e do Artesanato Ofayé no Mato Grosso do Sul, o relacionamento permanente com os Krikati, Apinajé, Guajajara, Krahô e Funi-ô no Maranhão e Pará, assim como investimentos na educação indígena dos Pataxós e Pataxós Hã-hã-hãe na Bahia.

Ademais, tratando das Comunidades Remanescentes de Quilombos no Espírito Santo, muito embora inexista conclusão, administrativa ou judicial, em qualquer processo demarcatório, a empresa mantém várias linhas de investimento social junto a mais de 20 comunidades reconhecidas pela Fundação Palmares. Destacam-se o apoio técnico e financeiro no fortalecimento produtivo e na garantia da segurança alimentar, e na regularização documental destes agricultores tradicionais e de suas associações comunitárias; o apoio ao beneficiamento e comercialização de produtos da roça; e a estruturação de pequenos negócios comunitários, dentre eles a primeira cooperativa

quilombola de prestação de serviços florestais do Brasil, fornecedora da Suzano desde 2014.

Em 2022, por exemplo, a Suzano apoiou o desenvolvimento de uma nova cooperativa quilombola, e estruturou em conjunto com as comunidades um plano de formação profissional específico, que já resultou em mais 100 novos empregos gerados nas comunidades, além da formação de jovens quilombolas no curso técnico de meio ambiente. Por fim, a empresa vem construindo parcerias locais com foco no fortalecimento de eventos culturais, como a Virada Cultural Quilombola de São Mateus/ES, além do lançamento de um edital em parceria com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), com foco em apoiar iniciativas de geração de renda no contexto pós-pandemia, beneficiando mais de 300 famílias remanescentes de quilombos.

Por fim, embora reconheça a relevância da pesquisa mencionada, a empresa entende que a abordagem do relatório divulgado se utiliza de inferências e deduções em relação às condutas atribuídas às empresas analisadas, deixando de reunir elementos fundamentais para a produção de um efetivo material científico, dentre eles, a falta de elementos probatórios concretos para as conclusões apresentadas. Em função disso, a companhia aguarda os desdobramentos no âmbito do procedimento administrativo em curso e reforça seu compromisso de respeito aos direitos humanos, à luz das melhores práticas e dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos.